

João Sarmento

Departamento de Geografia
Universidade do Minho, Portugal
Centro de Estudos Geográficos
Universidade de Lisboa, Portugal

j.sarmento@geografia.uminho.pt

Paisagem e memória em São Tomé e Príncipe: o Forte de São Sebastião e Fernão Dias

Este artigo debruça-se sobre dois monumentos públicos em São Tomé e Príncipe. Começo por analisar o Forte de São Sebastião, edifício colonial, e apresento uma pormenorizada descrição/visita/percurso ao Museu Nacional aí estabelecido em 1976. Discuto em seguida a forma como o monumento de Fernão Dias, construído num contexto pós-colonial, foi recentemente demolido, numa conjuntura de modernização, progresso e destruição criativa. O objectivo de expor estas histórias é o de esboçar ligações entre lugares e o de traçar algumas das interpretações, performances e representações do passado. Tento apontar para a inscrição de múltiplas temporalidades e espacialidades no presente colonial, para a destabilização da paisagem e da memória pública, e para possíveis projectos de descolonização.

Palavras-chave: pós-colonialismo, património, memória pública, Forte de São Sebastião, Fernão Dias

This article looks at two public monuments in São Tomé and Príncipe. I start by analysing the colonial building of Fort of São Sebastião, by providing an extensive descriptive view/visit/stroll of the National Museum established in 1976. I then continue by discussing how the monument of Fernão Dias, built in postcolonial times, was recently demolished under the rational of modernisation, progress and creative destruction. The purpose of presenting these stories is to sketch connections between places and to unravel some of the interpretations, performances and representation of the past. I make an attempt to point to the inscription of multiple temporalities and spatialities in the colonial present, and to possible de-colonisation projects.

Keywords: post-colonialism, heritage, public memory, Fort S. Sebastião, Fernão Dias

Memória e Identidade

O Pós-colonialismo deve ser entendido como um projecto que necessariamente retorna ao passado colonial (Gandhi, 1998), sendo uma das tarefas da Geografia Pós-colonial a de desvelar os discursos e práticas coloniais inscritos no espaço, tornando-os visíveis, apontando para os desenvolvimentos que encorajam estas desigualdades (Sarmiento, 2011). Monumentos, edifícios coloniais diversos, infra-estruturas várias, etc. são assim objectos que nos devem fazer reflectir sobre os graus diferentes de continuidade e descontinuidade entre as estruturas de poder e privilégio do colonialismo e do pós-colonialismo. Ainda que não deva tornar-se o fascínio dominador, a materialidade do espaço e em particular o património construído, tem uma centralidade marcante na construção da paisagem e na memória que inscrevemos no espaço. Neste capítulo, a construção da identidade é feita através de um equilíbrio dinâmico entre memória e esquecimento. Não só é importante o que se representa, o que se comemora, o que celebra, como o que está ausente, os silêncios e os vazios. Pierre Nora (1989) mostrou como o declínio dos espaços de memória - *milieux de mémoire* - que organizavam e permanentemente recreavam o passado, deram passagem ao surgimento de lugares de memória - *lieux de mémoire* - lugares específicos onde memórias formais e populares são produzidas, negociadas e ganham raiz. É nestes lugares que o material, o simbólico e o funcional coexistem, criando ambientes híbridos e fluídos.

Neste artigo vou tentar analisar brevemente a vida de dois monumentos, fazer uma visita a ambos e levantar algumas questões relacionadas com o seu significado presente, que se interlaça com a memória pública, a paisagem e a identidade. Os materiais usados na construção deste trabalho derivam de arquivos em Lisboa (sobretudo no Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e em São Tomé e Príncipe (especialmente no arquivo histórico de São Tomé e Príncipe), e particularmente de trabalho de campo realizado no início de 2010, que incluiu várias visitas performativas no Forte de São Sebastião e ao Museu Nacional, visitas à Roça de Fernão Dias e às ruínas do Monumento de Fernão Dias, entrevistas informais com vários actores locais, e visitas a outros locais chave.

O Forte e o Museu Nacional

O Forte de São Sebastião foi construído no contexto de uma economia de plantação de cana-de-açúcar, entre 1566 e 1575, tendo sido consideravelmente reformulado em 1579. Fez parte de um projecto colonial territorialmente gigantesco, parte de uma rede de poder e de um sistema particular de governança (Sarmiento, 2011). Com quatro bastiões - Real, S. Sebastião, S. Anna e S. Tomé - foi erigido sobre rocha de coral, com três faces para o mar, e com dois pisos (Figura 1). No piso térreo, um pátio rodeia uma cisterna pluvial, que sempre funcionou mal devido à falta de pedreiros qualificados. Defronte da entrada há uma capela com altar, devota a São Sebastião. Em tempos existiu ainda uma cozinha, um armazém e uma cadeia. As

camaratas ficavam também em baixo.



Figura 1 - Forte de São Sebastião

Fonte: Autor, Fevereiro 2010

No início do séc. XVII outras fortificações foram erguidas, pois o forte encontrava-se bastante isolado e desprotegido. Do Forte de São Jerónimo, construído entre 1613 e 1614 e separado por 1,5 quilómetros, restam apenas algumas ruínas (Figura 2). Do Forte Picão de Nossa Senhora da Graça, construído em 1638 e 1639, e que possivelmente nunca foi acabado (Madeira, 2001b) ou que foi mais tarde demolido (Carita, 1989, p. 204) e do Forte de São José, construído 150 anos mais tarde em 1756 (Madeira, 2001a), nada resta.



Figura 2 - Forte de São Jerónimo

Fonte: Autor, Fevereiro 2010

O Forte de São Sebastião nunca constituiu uma defesa eficaz para a cidade e durante largos períodos da sua existência militares ou soldados treinados foram em número insuficiente para existir um poder marítimo adequado. A ocupação do forte pelos holandeses, entre 1641 e 1648, marcou um período no qual São Tomé se tornou um entreposto e peça importante do comércio global que ligava as possessões e interesses holandeses em África (Elmina e Luanda) e na América do Sul. Dos séculos XVI e XVII, período que Tenreiro (1961) designou como o *Grande Poísio*, há muito pouca informação sobre o forte. Sabe-se que há uma acentuada degradação dos monumentos em geral, agravada pela incursão francesa do início do XVIII.

No século XX o Forte deu um último suspiro enquanto edifício colonial. Luís Benavente (1902-1993), arquitecto destacado do Ministério das Obras Públicas para o Ministério do Ultramar, foi o responsável pelas obras e adaptação do edifício para Comando de Defesa Marítima. Sobre esta transformação existe vasta documentação na Torre do Tombo, desde plantas, cartas trocadas durante a execução das obras relatando atrasos e problemas, orçamentos e custos, listas de fornecedores, etc. (ver Fernandes, 1996). A cor ocre que hoje existe, por exemplo, foi reestabelecida por Benavente, pois segundo ele as fachadas escuras assemelhavam-se a uma fábrica de gás (Benavente, 1959).

O Museu Nacional

Ironicamente, contrariamente às ideias de Benavente, que achava que o forte não tinha condições de luz adequadas à criação de um museu, logo após a independência, e num movimento relâmpago durante 1975 que implicou algumas obras com demolição de paredes, e para as quais não encontrei qualquer tipo de documentação, o forte foi metamorfoseado de comando de defesa marítima (que durou apenas cerca de uma década) em museu nacional de São Tomé e Príncipe.

Certamente que os museus podem ser vistos como uma invenção ocidental moderna, produto do iluminismo, que pretendem apresentar uma certa ordem para as elites culturais. Naturalmente são apenas uma forma de representar o passado da nação, apesar de serem uma forma oficial de o fazer. Quando nos referimos a museus temos que discutir o significado de uma ‘coleção’ de artefactos e performances e a visualização dos mesmos por um determinado público. Mas independentemente da coleção, a representação e interpretação da mesma deve potenciar a criatividade e a aprendizagem. A forma de se expor um objecto, por exemplo, o lugar que se escolhe, as palavras que se elegem ou se encobrem para informar o público, são naturalmente importantes. Seguramente que os museus nacionais devem ter como um dos seus papéis essenciais, o de recuperar e recargar o passado, tornando-se espaços onde a nação se pode apresentar como uma ‘comunidade imaginada’ (Anderson, 1983). A passagem ou tendência de passagem destes museus de ‘Tradição’ para museus de ‘Tradução’, como argumenta Bhabha (1994), representa um olhar mais atento para, e usando Said (1989) o penetrante, e para a questão profundamente perturbada e perturbante da nossa relação com os outros – outras culturas, outros estados, outras histórias, outras experiências, tradições, pessoas e destinos.

Em São Tomé e Príncipe, em 1975, o museu foi criado através da recolha de ob-

Nos anos 60 e 70 do século XX, o espaço das salas ‘Arte Sacra’ (Salas 1 e 2) servia de caserna a 24 soldados. O museu não nos conta isto, nem tão pouco se sabe das obras no forte, nem o que elas significaram e representaram, pois não é a história do lugar mas a história do conteúdo que está no lugar que é mostrada. No entanto, nestas salas, a religião não é apresentada como algo que veio de fora, como marca do colonialismo, dos baptismos forçados, do apagar de nomes africanos, mas simplesmente como a religião de uma nação.

Enquanto se ignora o forte em si mesmo, na ‘Sala da agricultura’ destacam-se através de dois grandes quadros a óleo, João Baptista Silva de Lagos e Jorge Ferreira Gomes, os introdutores do café e do cacau, respectivamente. Não se contextualiza ou se aponta para a papel vital destas introduções na transformação e recolonização do território. Há silêncio, não se grita a propósito destas economias de plantação, da mudança radical da estrutura de propriedade, da expropriação de terras que fez as elites nativas sucumbirem, da composição demográfica, dos fluxos migratórios (de Cabo Verde por exemplo), do trabalho forçado. Não há destabilização. Ignora-se ainda a introdução da cana do açúcar, chegada no final do séc. XV, e que absorveu escravos em massa. Talvez por não se ter encontrado um quadro a óleo onde um europeu branco estivesse representado.

Depois vem a ‘Sala da Independência’, onde se exibem fotografias dos dois primeiros presidentes do país, a mesa onde se assinou a independência e um armário onde se guardam a última bandeira de Portugal e a primeira de São Tomé e Príncipe. Segue-se, num corredor escuro, um quadro do rei Amador e outro da revolta de escravos de 1595. Apesar da importância desta figura para a nação (representado por exemplo nas notas de dobra ou simbolizado no feriado de 4 de Janeiro cuja memória este dia celebra), erroneamente construído como Angolar, aqui, quase nada se diz. Passados mais de 35 anos, poderia aqui esboçar-se uma desconstrução do papel de Amador, dos angolares, das revoltas dos escravos e das construções distorcidas que se fizeram destes mesmos eventos (ver Seibert, 1998).

Antes da sala dedicada à associação Marapa – sala mais actual, sobre projectos de conservação da natureza, sobre a protecção de espécies como as tartarugas – entramos numa divisão que juntou dois quartos de oficiais dos anos 60 e 70 do século XX. Aqui encontrei porcelanas, objectos de vidro e cristal e alguns quadros de arte nova. É difícil reconstruir o puzzle do que por aqui se tem passado nas últimas décadas.

Finalmente chegamos à Sala ‘D. Maria de Jesus Agostinho Neves’, o lugar do museu onde mais se contesta o colonialismo. Entre alguns outros objectos destacam-se cinco fotografias a preto e branco de rostos espancados, fotografias de Carlos Gorgulho, o governador nos anos 50 do século XX, fotografias de interrogatórios, das forças policiais e de um tribunal militar. Diz-se muito pouco sobre o pouco que se sabe que aconteceu 1953. Mas no contexto do pouco que se sabe, esta sala acaba por ser bastante doce. No contraste entre o quarto do proprietário da roça e o quarto do trabalhador da sanzala há novamente um tocar na ferida. É marcante, é contrastante, resulta bem.

Percorre-se então o forte por fora, apreciam-se as vistas generosas, passa-se por túmulos, vê-se o farol, e todos os bastiões. Depois, cá em baixo, há diversas salas sombrias, onde se dispõem objectos vários, onde se explora pouco o património etnográfico africano das ilhas. Há também objectos de rituais que mereceriam mais luz, mais destaque, mais interpretação sobre a sua importância na história, sociedade e identidade nacional. Termina-se no luxo de uma sala de jantar de uma roça, a Roça Rio do Ouro, hoje Agostinho Neto.

Fico a saber que há cerca de 2000-3000 visitantes por ano. Alguns estrangeiros em grupos organizados trazem o seu próprio guia, pois a informação disponível aqui é pouca. O museu pouco mudou desde 1976, e para as mentes mais novas e rebeldes, em vez de ser um lugar de catarse e de transformação positiva, este é ou pode ser, na minha perspectiva de europeu branco, um lugar algo deprimente, de perda e ausência. Naturalmente que esta situação não é única. Num outro trabalho (Linehan e Sarmento, 2011) mostrei precisamente como o Museu no Forte de Jesus, no Quênia, se bem que criado em tempos coloniais, é ainda hoje um espaço estático, tendo muito pouca intervenção cultural. Hoje a sua interpretação feita por guias locais é em grande medida uma continuação do período colonial (Sarmento, 2010). Aqui, em São Tomé, o forte poderia ser apropriado como um troféu, estabelecendo ligação com múltiplas resistências históricas e presentes (Sarmento, 2011), unindo lugares de memória e de vivências de exploração aparentemente separados, ‘enraizados numa multiplicidade de tempos, trajectórias e racionalidades’ (Mbembe, 2001, p. 9).

O Monumento de Fernão Dias

Em 1953, face a protestos dos forros contra as condições de trabalho e a violência, registou-se uma brutal resposta das autoridades, justificada entre outras, por uma hipotética conspiração comunista. O resultado foi um massacre que ainda hoje permanece mal documentado. Diferentes fontes apontam para números que vão dos 30 aos 2000 mortos. Independentemente da sua dimensão, este massacre passou a constituir um momento importante na resistência ao colonialismo e na identidade nacional, sendo conhecido também como a guerra de Batepá, quase como se em São Tomé e Príncipe tivesse havido guerra. No mesmo ano da inauguração do museu (1976), fez-se a primeira marcha da juventude na direcção de Fernão Dias. Começava-se assim a construir um ‘lugar de memória’ (Nora, 1989). Passados quase 20 anos, em 1993 (e não encontrei fontes sólidas que confirmassem esta data), construiu-se um modesto monumento revestido de azulejos em frente ao cais de Fernão Dias. Todos os anos, no dia 3 de Fevereiro, feriado nacional do ‘Dia dos Mártires do Colonialismo’, renomeado em 1980 como ‘Dia dos Heróis da Liberdade’ (Seibert, 1997, 2006), tem-se sedimentado uma prática pós-colonial de memória.

Em 2008, volvidos 32 anos desde a primeira marcha, o governo assinou um contrato de 300 milhões de euros com uma empresa francesa - Terminal Link - para a construção de um porto de águas profundas. Ironicamente o alvo de tal empreendimento coincidiu precisamente com o lugar de Fernão Dias. O lugar de memória

estava no centro dos 40 hectares do acordo e daria lugar ao ‘maior e mais moderno porto em águas profundas da África ocidental’. Falou-se e escreveu-se em gerar aqui metade do PIB do país, em criar 1300 empregos directos mais 3000 indirectos. Este não seria ou é, não sei bem como conjugar, um projecto isolado: há também um investimento da Sonangol STP Offshore S.A numa estação de reabastecimento em Neves - bunker ou estação de prestação de serviços de comercialização de produtos petrolíferos como também é descrito; a modernização do aeroporto e do porto de Ana Chaves.

Em 2009, cerca de um ano após a assinatura do contrato, o monumento de Fernão Dias foi rápida e suavemente demolido. Ironicamente, pouco tempo depois, a Terminal Link anunciava problemas financeiros e sucessivos adiamentos no início da obra. Já em 2012, para além da demolição do monumento, ainda nada tinha aqui acontecido. Por essa altura registaram-se visitas de altas figuras do estado ao Dubai, numa desalentada procura de novos investidores.

Em 2010, o desconforto pela demolição foi grande, e a aproximação do 3 de Fevereiro fez com que o governo encomendasse uma obra temporária à Associação de Artistas Plásticos, que incluiu uma escultura em gesso e diversos quadros de grande dimensão alusivos ao massacre (figura 4). Na véspera de 3 de Fevereiro de 2010, num destes gestos barrocos e singulares que segundo Achile Mbembe (2001) os estados pós-coloniais africanos são tão pródigos, o governo trouxe recatadamente algumas das ruínas do monumento para a Roça de Fernão Dias, por forma a sinalizar que aí se construiria um novo monumento (figura 5). Este foi mais tarde anunciado, em contexto eleitoral, como um monumento moderno, com uma capela, com um centro de documentação. Em 2012, mostraram-se novas plantas, mas até ao momento, nem uma pedra foi colocada.



Figura 4 - Exposição temporária na Roça de Fernão Dias
Fonte: Autor, Fevereiro 2010



Figura 5 - Destroços do antigo monumento na Roça de Fernão Dias
Fonte: Autor, Fevereiro 2010

Conclusões

A comemoração do passado, a construção da memória e a celebração da memória em espaço público têm uma natureza complexa e enlaçada. A fraca centralidade do Forte de São Sebastião como um sítio material onde criticamente se constroem dinâmicas contemporâneas da Santomensidade, e a recente destruição de Fernão Dias, apontam para uma estagnação criativa e para silêncios que se cristalizam ao sabor de projectos neoliberais. Naturalmente seria essencial fazerem-se estudos sobre a experiência dos visitantes no forte, para se entenderem os processos de descodificação em curso. Mesmo assim, podemos ver que o museu nacional parou em 1976. Defendo aqui que há muito material que pode ser utilizado para a continuação da descolonização do forte. A interpretação do património colonial deve contribuir para a consolidação da identidade nacional, e neste sentido, o museu tem que se tornar mais reflexivo, abandonar a sua 'tradição' e tentar alguma 'tradução'. O museu tem que questionar, tem que justapor objectos de arte sacra e rituais sincréticos, por exemplo. Como referem Henriques e Medeiros (2001) no Guia dos Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro, 'Portos, alfândegas, fortalezas, fortins, igrejas, edifícios de natureza diversa, multiplicam-se bem como os sítios onde os 'filhos da terra' ou os escravos africanos organizaram a sua resistência linguística, religiosa, social (...)'. Há que apontar para estes lugares. Há que apontar também para a escravatura contemporânea. O museu tem que confrontar, chocar, abanar. O Forte de S. Jerónimo, mesmo ao lado, é esquecido agora que foi fisicamente 'abraçado e privatizado' pelo hotel Pestana. O museu enquanto espaço pós-colonial que tem que ter um papel social interventivo. Ao mesmo tempo o forte é uma boa casa simbólica para o museu, mas há que confrontá-lo e não ignorá-lo. Há que tomar partido e vê-lo como um troféu (Sarmiento, 2011), que se celebra, apontando espacialmente para relações importantes, para as transformações do país e para as suas múltiplas

relações com o continente africano.

O caso de Fernão Dias traz outras leituras para a construção da memória e identidade em São Tomé. Aqui o neoliberalismo, um certo neo-imperialismo e o clientelismo histórico do país, junto com as promessas de progresso e de emprego, foram mais fortes do que a vontade das pessoas, a vontade da construção e manutenção de um lugar de memória. Esta história e este processo fez-me lembrar muito mais o que se passa ali perto, na capital da Guiné Equatorial, Malabo, com a construção de uma nova capital (ver Sarmento, 2011). Lá como em Fernão Dias, o esquecimento leva a melhor sobre a memória.

Por fim, de toda esta discussão diria ainda que há em São Tomé e Príncipe uma ausência profunda de um arquivo da memória, seja arquivo no sentido convencional físico, material e institucional do armazenamento de caixas, notícias e documentos vários, seja sobretudo arquivo conceptual, que permite possibilidades de conhecimentos futuros e sítios de contestação.

Referências

- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities*. Londres: Verso.
- Bhabha, H. K. (1994). *The Location of Culture*. Londres: Routledge.
- Benavente, L. (1959). *Fundo Luís Benavente*, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.
- Carita, R. (1989). O Atlântico: Ilhas e costa Africana. In R. Moreira (org.) *História das Fortificações Portuguesas no Mundo* (pp. 188-206). Lisboa: Alfa.
- Fernandes, J. M. (1996). Luís Benavente e as Fortalezas de África (1956-1973). *Oceanos: Fortalezas da Expansão Portuguesa*, 28, pp. 41-52.
- Gandhi, L. (1998). *Postcolonial theory: a critical introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- Henriques, I. C. & Medeiros, I. (org.) (2001). *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negroiro - Lieux de mémoire de l'esclavage et de la traite négrière*. Lisboa: UNESCO.
- Linehan, D. & Sarmento, J. (2011). Spacing forgetting: the birth of the museum at Fort Jesus, Mombasa, and the legacies of the colonisation of memory in Kenya. In Heffernan, M., Meusbürger, P. & Wunder, E. (eds.) *Cultural Memories* (pp. 305-325). Dordrecht: Springer.
- Madeira, T. (2001a). A Evolução dos Espaços Urbanos Públicos na Cidade de São Tomé. In Teixeira, M. C. (ed.) *A Praça na Cidade Portuguesa* (pp. 43-68). Lisboa: Livros Horizonte.
- Madeira, T. (2001b). Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. In *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822* (pp. 247-264). Coimbra.
- Mbembe, A. (2001). *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press.
- Ngugi wa Thiong'o (1981). *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. Londres: James Currey.

- Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations*, 26, pp. 7-25.
- Revolução (1976). Foi Inaugurado o Museu Nacional de S. Tomé e Príncipe. *Revolução*. São Tomé, 3 e 8.
- Said, E. (2003 [1978]). *Orientalism*. Londres: Penguin Books.
- Sarmento, J. (2010). Fort Jesus: Guiding the Past and Contesting the Present in Kenya. *Tourism Geographies*, 12 (2), pp. 246-263.
- Sarmento, J. (2011). *Fortifications, Post-colonialism and Power. Ruins and Imperial Legacies*. Londres: Ashgate.
- Seibert, G. (1997). Le Massacre de Février 1953 à São Tomé. Raison d'être du nationalisme santoméen. *Lusotopie*, pp. 173-192.
- Seibert, G. (1998). A questão da origem dos Angolares de São Tomé. *Brief papers*, CEsa, 5 (98). Acedido a 10 de Janeiro, 2012, de http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Brief_98_5.PDF
- Seibert, G. (2006). *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*. Netherlands, Leiden: Koninklijke Brill NV.
- Tenreiro, F. (1961). A Ilha de São Tomé. *Memórias da Junta de Investigações do Ultramar*, 24, pp. 9-289.